

ATITUDES E EXPECTATIVAS DE JOVENS SOLTEIROS FRENTE À FAMÍLIA E AO CASAMENTO: DUAS DÉCADAS DE ESTUDOS

Aluno: Diego da Silva Santos

Orientador: Bernardo Jablonski

Introdução

Dando continuidade a projetos de pesquisa no âmbito da família e do casamento urbanos realizados ao longo dos últimos anos, pretendemos com o presente trabalho prosseguir no estudo das percepções e atitudes que as pessoas têm com relação à constituição (e manutenção) da família e do casamento, hoje.

Debruçaremos-nos especificamente sobre o contingente de jovens solteiros de classe média e tentar detectar a evolução de expectativas e de visões do mundo ligadas a uma série de tópicos referentes à vida familiar e de casal. Trata-se de uma continuidade, na medida em que, especificamente, o contingente de jovens solteiros tem sido objeto de estudos em pesquisas anteriores, realizadas por nós em 1988, 1993 e 2003.

Assim, estaremos igualmente efetivando um trabalho de "pesquisa contínua", utilizando basicamente o mesmo questionário - com pequenas modificações visando sua atualização - na tentativa de tentar captar como os jovens percebem as transformações em curso no âmbito da família e do casamento. Hoje, novas formas de conjugalidade convivem com arranjos mais tradicionais, no que diz respeito a inúmeros fatores, tais como os papéis de gênero – em casa e na rua -, a sexualidade, a influência da religião, o adiamento das uniões (casamentos tardios), a diminuição no número de filhos, a opção pela coabitação e a importância dada ao amor como fator de união e manutenção dos vínculos afetivos, bem como o crescente aumento do índice de divórcios e de separações entre nós (Henriques, Féres-Carneiro e Jablonski, 2004; Machado, 2001; Wagner, 2003 e Diniz, 2009). Interessa-nos saber em que medida (e como) os jovens se posicionam diante de possíveis conflitos provocado por estas visões, muitas vezes antagônicas entre si. Acreditamos que esta continuidade nos permitirá obter uma visão mais acurada do que

está mudando (ou não) na percepção social do casamento, do ponto de vista de jovens solteiros de classe média.

Parece-nos particularmente interessante saber como estes jovens se posicionam e o que esperam de seus futuros casamentos, comprimidos que estão entre uma visão passada pela união de seus pais e de seus avôs e a realidade atual, que fala do aumento em níveis significativos da taxa de divórcios, da coabitação, da nova divisão de papéis intergêneros, decorrente da ação do movimento de emancipação feminina e, é claro, da própria concepção ideal de casamento. Para Giddens (2001), durante as últimas décadas as sociedades ocidentais vêm passando por mudanças inimagináveis para as gerações anteriores, que se refletem inclusive na grande diversidade de formas de família e de núcleos domésticos ora existentes. Para este autor, embora as instituições do casamento e da família ainda sejam importantes em nossas vidas, ambas vêm passando por transformações significativas. E Manning e cols. (2007) ressaltam a importância de se pesquisar com jovens, na medida em que suas expectativas podem prenunciar tendências futuras e apontar pistas sobre normas emergentes de formação de uniões.

O fato é que a atual família nuclear urbana e a instituição do casamento estão passando por momentos singulares: de crise, para alguns (Jablonski, 1988), de turbulência para outros (Biasoli-Alves, 2000), ou de mudanças que, por sua própria natureza, sempre trazem dificuldades adaptativas em um primeiro momento (Coontz, 1997)..

Os dados estatísticos assinalam que aproximadamente cinquenta por cento das uniões, nos dias de hoje, tendem à ruptura em alguns anos (Coontz, 2005; Epstein, 2002). Embora estes números refiram-se especialmente à cultura norte-americana, pesquisas realizadas em outros grandes centros urbanos ocidentais indicam a mesma tendência, variando apenas a magnitude da taxa em questão (Jablonski, 1998). No Brasil, tomados os dados relativos aos anos 90, o número de divórcios triplicou (IBGE, Censo Demográfico de 2000). Já na última sondagem realizada pelo IBGE, em 2005, teria se dado um recorde, em termos do número de divorciados. Além disso, evidências anedóticas relativas às populações de classes carentes, residentes nas cidades grandes ou em suas periferias, mostram a abrangência do fenômeno em questão (Jablonski, 1998). E ainda segundo o IBGE, o número de casais morando juntos – informalmente - passou de 6,5% para 28,5% dos casais, quando comparados dados dos anos 60 com os registrados em 2000 (IBGE, Censo Demográfico de 2000).

Duas das mais antigas instituições sociais da humanidade, que já enfrentaram ao longo dos tempos toda sorte de desafios, parecem estar vivendo uma época delicada, que merece, no mínimo, cuidados - e estudos – especiais. De certa forma, a própria definição de família está em questão, já que o modelo familiar no qual o pai sai para trabalhar e a mulher fica em casa, dedicada ao lar e aos filhos, parece estar, como vimos nos nossos estudos anteriores (Jablonski, 2007), deixando de ser hegemônico. Na verdade, este modelo do pai provedor/mãe dona de casa, dividido em rígidas esferas e visto como “tradicional”, foi, historicamente, apenas uma primeira versão do que chamamos de família moderna (Skolnick, 2006).

Assim, em todos os grandes centros urbanos ocidentais encontram-se em maior ou menor número famílias (a) nas quais pai e mãe trabalham fora, (b) compostas por pais e/ou mães em seus segundos casamentos, (c) de mães solteiras que assumiram – por opção ou não – a maternidade e passaram à condição de “famílias uniparentais”, (d) casais sem filhos – por opção ou não -, (e) casais que moram juntos sem “oficializar” suas uniões e (f) casais homossexuais. Todas as formas alternativas se contrapõem ao modelo tradicional, e vão redefinindo na prática o conceito de família ou as expectativas quanto ao casamento tradicional. Novamente, segundo o IBGE (2000), 47% dos domicílios estão organizados em torno de formas nas quais, no mínimo, um dos pais está ausente

Doherty (1992), por exemplo, aponta que, em uma perspectiva histórica, enquanto na Idade Média, por exemplo, cinco ou mais gerações podiam viver sem assistir a mudanças de peso em seu *modus vivendi*, desde o século XX, pudemos conviver com três tipos de família. Em primeiro lugar, a **família tradicional**, sinônimo de produção econômica conjunta, autoridade paterna, casamento com ênfase em seus aspectos funcionais e conexões com a comunidade e com os (muitos) parentes. Em seguida, a **família moderna** (também chamada de *psicológica*), altamente influenciada pelo crescente e dominante espírito individualista, caracterizando-se pela sua mobilidade, por ser mais nuclear, não tão permanente, menos ligada à comunidade, mais igualitária, centrada nos sentimentos e na afeição. Finalmente, no final do século XX, presenciamos o nascimento de uma nova "espécie": a **família pluralística** (ou *pós-moderna*), que teria como principal característica a aceitação e a convivência de várias formas de arranjos não tradicionais. Estas são compostas por vezes apenas pelas mães e seus filhos ou por pais/mães em segundas uniões, com filhos e filhas resultantes do primeiro casamento, e são ainda menos permanentes, mais flexíveis e mais igualitárias que as anteriores. (Goldenberg, 2000; Vaitsman,

1994). Outros autores procedem a classificações similares, como Singly (2003). Para este sociólogo francês, caberia ainda no século XX a distinção entre dois tipos de famílias modernas. A do primeiro tipo, que iria do início do século até os anos 60, teria enfatizado a importância do afeto como eixo centralizador. E a família moderna 2 se distinguiria da precedente pelo peso maior conferido aos processos de individualização, reflexo da maior independência feminina e aumento do número de divórcios, entre outros fatores.

A causa destas transformações ancora-se, a nosso ver, nas profundas mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas e que vêm modificando a cena protagonizada pelo casamento, pela família e pelos valores que lhes são agregados. A emancipação feminina, por exemplo, vem alterando intensamente, desde a segunda metade do século XX, as relações de gênero, em função da entrada maciça da mulher no mercado de trabalho e de suas conseqüências – casamentos mais tardios, diminuição no número de filhos, aumento no conflito gerado pela busca da igualdade de direitos e a necessidade do homem também mudar sua forma de participação dentro de casa (Coontz, 2005; Féres-Carneiro, 1995, 2001; Goldenberg, 2000, Jablonski, 1998, 1999; Preuss, 1999; Thornton, 1989 e Thistle, 2006).

O fato é que o ingresso substancial das mulheres no mercado de trabalho provocou uma profunda alteração nos papéis tradicionalmente desempenhados no casamento. O homem provedor e a mulher encarregada da organização da casa e da educação dos filhos deram lugar a dois trabalhadores remunerados, mesmo que, eventualmente, as atividades profissionais sejam realizadas dentro do lar. Parecem cada vez menos freqüentes os arranjos matrimoniais em que apenas um dos parceiros encarrega-se sozinho do sustento da família. As mulheres voltam-se, mais e mais, para o trabalho fora de casa, não só porque ele possibilita atingir um padrão de vida melhor para a família, como pelo fato de o sucesso profissional ser encarado como uma forma de realização pessoal e social (Goldenberg, 2000; Rocha-Coutinho, 2003). Em conseqüência, o número de horas despendido na tarefas realizadas em casa diminuiu sensivelmente nos Estados Unidos, Canadá e na Europa (Jacobs e Gerson, 1998). Soma-se a isso uma escalada perceptível da quantidade de horas dedicadas ao trabalho fora de casa por pessoas na faixa etária compreendida entre 25 e 45 anos, normalmente, pais com filhos pequenos (Daly, 2001).

A par das diferenças culturais, temos que, na contrapartida deste movimento já firmemente consolidado, parece persistir uma visão conservadora dos papéis dos cônjuges no que se refere às tarefas domésticas e à responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos.

Assim, por exemplo, para Russel e Radojevic (1992), menos de 2% dos pais compartilham das tarefas de cuidar das crianças em condições de igualdade com as mães, e a proporção de homens “altamente envolvidos” neste tipo de tarefas não chega a 10%. Em 2000, segundo pesquisa levada a cabo pela CNSR (reportado no Jornal *Le Monde*) 80% dos pais, apesar do discurso igualitário, na prática, não participam em quase nada no que diz respeito à educação e aos cuidados infantis e muito menos aos afazeres domésticos. A pesquisa em questão, após entrevistas com mil pais, confirma a noção de que, entre as bem intencionadas atitudes igualitárias e a prática do dia-a-dia, a distribuição de tarefas dentro de um lar ainda é bastante marcada pela divisão sexual, com as mulheres arcando com a maior parte delas.

Araújo e Scalón (2005) chegaram à mesma conclusão, ao constatar que a divisão sexual do trabalho doméstico entre nós continua sendo majoritariamente uma atribuição feminina. Assim, para estas autoras, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não implicou em uma divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos, ainda que haja indícios de uma maior participação masculina no que diz respeito ao cuidado com os filhos (mas não nas tarefas domésticas).

Coltrane (2000) concluiu, a partir de suas pesquisas, que apesar das contribuições masculinas nos afazeres dentro do lar estarem aumentando, as mulheres ainda trabalham pelo menos duas vezes mais que os homens cumprindo as tarefas rotineiras do lar: cuidar das crianças, lavar e passar roupas, fazer compras no supermercado, limpar a casa, etc. Para este autor, as conseqüências dessa injusta divisão estão, freqüentemente, em sentimentos de injustiça, sintomas de depressão e de insatisfação com o casamento, por parte das mulheres. Da mesma forma, uma maior participação masculina nestas tarefas seria um excelente preditor de satisfação marital. A percepção de que estaria havendo uma injusta distribuição de tarefas levaria, pois, a um sensível aumento de conflitos e à diminuição da satisfação marital (Blair, 1988; Greenstein, 1996; Kluver, Heesink e Van de Vliert, 1996; Lavee e Katz, 2002).

Em nossos estudos, notamos igualmente (Brasileiro, Jablonski e Féres-Carneiro, 2002; Jablonski, 1988, 1996, 2001, 2003 e 2007), no que diz respeito às atitudes, um crescente interesse dos homens em participar, cada vez mais, da educação e dos cuidados com os filhos. Porém, ao passarmos para o campo dos comportamentos, ou seja, da ação propriamente dita, a divisão de tarefas torna-se utópica, como se houvesse uma promessa de mudança que não é cumprida, circunstância capaz de gerar frustração nas mulheres.

Entre os motivos para a manutenção deste *status quo* estariam a maior disponibilidade de tempo por parte das mulheres – a par de muitas mulheres também estarem trabalhando fora de casa -, a questão dos recursos relativos, pelos quais a alocação de trabalhos domésticos refletiria as (desiguais) relações de poder entre homens e mulheres, e finalmente, a questão de gênero, fortemente embasada por um viés ideológico que atribui à mulher boa (má...) parte dos serviços domésticos como um todo (Bianchi, Milkie, Sayer e Robinson, 2000).

Diante deste quadro, muitas mulheres sentem-se traídas e sobrecarregadas, visto que a divisão igualitária dos papéis, que é belíssima na teoria, mas não acontece na prática, contribui para que a mulher sintam-se cada vez mais solitária em suas funções diárias (Jablonski, 1998; 2007). Por outro lado, no entanto, Araújo e Scalon (2005), em seu estudo já citado anteriormente, com pessoas predominantemente de baixa renda, reportaram baixos índices de conflito ocasionado pela discrepância entre o que homens fazem em casa e o que as mulheres esperam que eles façam. As autoras aventam a possibilidade da existência de tensões significativas, ainda que as mesmas não se traduzam em conflitos explícitos entre homens e mulheres.

Para Jacobs (2004), um modelo mais igualitário, excelente na teoria, tem trazido na prática inúmeros problemas, em função de expectativas e responsabilidades ainda sob forte influência de papéis de gênero predeterminados. Desta forma, papéis mais tradicionais estariam sempre competindo com opções, digamos, mais contemporâneas, o que levaria a uma confusão acerca de que paradigmas seguir. Isto estaria levando os membros dos casais à formulação de expectativas irrealizáveis, bem como a sentimentos mútuos de incompreensão, de ressentimento e, finalmente, de rejeição.

Assim, o que um significativo conjunto de estudos tem demonstrado é que inúmeros aspectos da vida cotidiana parecem continuar imputados à responsabilidade feminina. Em consequência, os casais parecem vivenciar um conflito entre as propostas igualitárias modernas e as práticas hierárquicas tradicionais. Para Henriques e cols. (2004), o individualismo e o igualitarismo de hoje em dia, ao conviver com as diferenças ainda existentes entre os sexos, podem provocar um alto nível de conflitos entre os membros de um casal.

Como os jovens solteiros pretendem equacionar estas demandas contraditórias é um dos focos da presente pesquisa, que procura detectar em que medida a alteração de papéis resultante da emancipação da mulher se reflete nas expectativas de jovens solteiros de ambos os sexos na futura organização interna dos lares. Também procuraremos ver até onde as mudanças de atitudes

e ideias acerca do papel feminino poderão vir a se concretizar numa efetiva divisão das tarefas domésticas (discurso x prática) em suas futuras uniões. Fundamental, também, a comparação entre atitudes e expectativas femininas e masculinas, com todas as implicações advindas das possivelmente diferentes percepções e avaliações do processo em questão.

Além da emancipação feminina e de seus reflexos, da mesma forma, a religião – outrora fator inquestionável de manutenção do vínculo matrimonial –, à medida que passou a ser interpretada pelas pessoas de forma mais individualizada e privatizada, vem perdendo seu peso como instituição impositora de normas e de costumes. O fator “cola” que a religião exercia sobre a vida familiar parece ter se esvaecido, tornando um dos “freios” mais importantes no caminho para o divórcio basicamente inoperante, principalmente para os jovens – algo que também procuraremos confirmar com nossa pesquisa. Adolescentes menos religiosos, por exemplo, têm se mostrado menos propensos a se casar e menos tradicionais em suas escolhas afetivo-normativas (Cunningham & Thorton, 2004 e Crissey, 2005).

Outras variáveis em ação também merecem nossa atenção, no sentido de se saber como elas são percebidas pelas pessoas: além do aumento do número de divórcios e do surgimento de formas alternativas de uniões familiares; as mudanças nas atitudes e nos comportamentos ligados à sexualidade (fidelidade, sexo pré-marital, dupla moral, Aids), e a questão masculina em si - de como os homens vêm reagindo às alterações provocadas pelo movimento emancipatório da mulher (Coontz, 1997, 2005; Jablonski, 1995, 1996, 1996b, 1998, 2007).

Os novos casamentos e as famílias reconstituídas, por exemplo, já representam, como vimos, uma significativa proporção dentro de todos os casamentos e famílias existentes. A reboque destas mudanças, uma série de questões se impõe, ligadas (a) à esfera legal, (b) a tendências demográficas, (c) aos efeitos nas crianças que passam a morar com madrastas ou padrastos, (d) às opiniões ventiladas socialmente a esse respeito, bem como (e) ao processo de reconstituição familiar propriamente dito. As mesmas constituem foco permanente de atenção e são de suma importância para o entendimento das expectativas ligadas ao casamento e à família (Coleman e cols., 2000).

Ainda na análise do *background* social, não se pode deixar de mencionar a urbanização e as demandas do que entendemos por uma sociedade pós-moderna, que também desempenham papéis que merecem ser avaliados. O prolongamento da adolescência (face à necessidade de mais estudos para a integração na cadeia produtiva e de, conseqüentemente, os jovens permanecerem

dependentes economicamente por mais tempo), a ênfase no individualismo, a concretização do casamento em idades mais elevadas – que implica na diminuição do número de filhos – e a percepção do casamento como uma *instituição em transformação* são fatores que, ao interagirem, devem provocar significativas alterações nas percepções e nos valores que dizem respeito ao casamento e à vida familiar (Manning e cols., 2007; Thornton e Young-DeMarco, 2001).

Acrescente-se a esse caldeirão de forças a valorização de certos ideais (amplamente difundidos pela *mass media* e pelas artes) que primam pela exacerbação do “amor-paixão” como a base e o motivo maior para a criação e manutenção de todos os casamentos/uniões. Este tipo de sentimento é “vendido” como uma espécie de panacéia inquestionável, inexplicavelmente mágica e maravilhosa. Tal concepção acaba tendo um efeito particularmente danoso, à medida que leva as pessoas a deixarem de lado quaisquer esforços para manter uma relação e passando a engrossar a legião dos que acreditam que o “amor, razão única e maior de todas as uniões, acontece ou não”. O que os adolescentes (e os jovens adultos) parecem aprender através de maciça doutrinação é que um dia encontrarão um príncipe encantado (ou uma princesa encantadora), com todas as qualidades possíveis e imagináveis, e que lhes trará felicidade ímpar para o resto de suas vidas. No entanto, a máxima de que “só o amor constrói” pode mascarar o fato de que sem a devida manutenção, pontes, edifícios e prédios viram ruínas em um espaço de tempo surpreendentemente curto. A ausência de referências às dificuldades do dia-a-dia, da importância do companheirismo, da comunhão de idéias, do respeito mútuo e da necessidade de se discutir e trabalhar as relações afetivas com certa constância pode estar ajudando a explicar os enormes índices de divórcio nos grandes centros urbanos - que giram hoje em dia em torno dos 40% das uniões (Associated Press, 1999; Clark, 1995; Coontz, 1992; IBGE, 2005; Jablonski, 1998, Phillips, 1991; U. S. Bureau of the Census, 1998 e Wood, 1998). Faz-se mister entender até que ponto e em que grau estas idéias estão realmente difundidas entre nós.

Com relação aos divórcios, a expectativa média para a duração de um casamento realizado nos Estados Unidos, ao longo dos anos 80, por exemplo, foi de apenas 6,3 anos (Oppenheimer, 1994). E se por um lado, é verdade que naquele país os índices de divórcio são superiores ao do resto do mundo, por outro, as estatísticas disponíveis mostram que nos grandes centros urbanos ocidentais, os números embora sejam menores, apresentam a mesma tendência de alta significativa (IBGE, 1995 e 2005; Folha de S. Paulo, 1998). Como estes dados influem no sentimento de permanência ou de comprometimento para aqueles que ainda não se casaram, nos

parece igualmente tópico de suma importância para o entendimento do futuro do casamento entre nós. Aqui é preciso levar em conta as contribuições de R. Levine e de seu conceito de *ilusão de invulnerabilidade* (2003), referido à tendência que as pessoas têm de encarar ameaças da vida como se fossem imunes a elas. Neste sentido, coisas ruins só aconteceriam aos outros. Assim, estudos citados pelo autor têm evidenciado que as pessoas, de modo geral, se sentem menos propensas que os outros a ficarem doentes, terem uma gravidez indesejada, e – o que nos interessa aqui – se divorciarem. Quando perguntados acerca da probabilidade de seus casamentos terminarem em separação, ZERO por cento dos sujeitos das pesquisas citadas acharam que isto poderia se dar com eles. No entanto, estes mesmos entrevistados mostraram-se conscientes das altas taxas de divórcio existentes sem seu país. Da mesma forma, 40% dos pais em um processo de separação consideravam que iriam ter a custódia de seus filhos, mesmo sendo igualmente conscientes que em sua quase totalidade, são as mães que detêm a guarda das crianças.

Outro fator, que normalmente não é levado em consideração - ao menos por parte dos diretamente envolvidos -, é o aumento da longevidade, que tem proporcionado a coexistência de casamentos de longa duração. Mais do que em qualquer outro período da humanidade, as pessoas permanecem unidas por um tempo – em termos comparativos - extraordinariamente longo. Quando o casamento foi “inventado”, as pessoas viviam em média 30 anos, de modo que “até que a morte os separe” era uma frase referida a uma realidade bem próxima. Atualmente, a expectativa projetada de vida ao nascer, em grandes centros urbanos brasileiros, ultrapassa a barreira dos 70 anos (Jablonski, 1998; IBGE, 2005). Além disso, a longevidade permite que hoje em dia até três gerações convivam por um período maior de tempo, o que expande significativamente a influência proporcionada pelos segmentos mais idosos da população sobre os mais jovens, no que diz respeito à transmissão de valores, regras morais e pautas de atuação (Cooper, 1999; Hank, 2007).

Em suma, todos estes fatores, tomados em conjunto, justificam a nosso ver uma nova investigação, no sentido de tentar vislumbrar como tantas variáveis e tantas transformações vêm sendo percebidas, avaliadas e assimiladas pelos “que ainda vão se casar”. Qual o impacto da absorção de tais valores nas futuras uniões? O que – entre as inúmeras mudanças no panorama social - é descartado e o que é assimilado pelos jovens?

Nos trabalhos realizados anteriormente, pudemos observar junto a nossas amostras mais jovens algumas atitudes e percepções dignas de nota (Jablonski, 1998, 2003). Assim, por

exemplo, apesar da “crise”, a maioria dos sujeitos esperava vir a se casar; e alguns quesitos ligados à emancipação feminina eram avaliados distintamente por homens e mulheres, estas últimas, de forma mais positiva. Encontramos ainda uma idealização do “amor romântico” como salvaguarda e “cura de todos os males” e uma ambivalência com relação à monogamia (atitudes favoráveis, comportamentos nem tanto). Os jovens também manifestaram críticas à união de seus pais, girando em torno da excessiva submissão da mãe, da rotina dominando a relação, da falta de diálogo entre os pais e da existência de doses substanciais de conflitos.

Além disso, igualmente nas pesquisas anteriores, pudemos perceber que apesar das críticas a aspectos relativos à união de seus pais, os jovens de nossas amostras anteriores parecem acreditar que o casamento, como instituição, está melhorando.

Com relação à sexualidade, estamos particularmente curiosos em sondar a questão da virgindade, já que, contrariamente a tudo que é divulgado pela mídia e à crença generalizada entre vários setores da sociedade - segundo a qual nossa juventude seria bastante liberal -, o que pudemos observar foi que um significativo contingente de moças universitárias permanecia virgem, dependendo da idade, do local de moradia e de estudo. Será que esta tendência permanece? Ainda no tocante à sexualidade, apesar do idealismo e das idéias igualitárias, pudemos igualmente observar nas pesquisas anteriores a presença de "uma dupla moral", com distintas cobranças e/ou "liberdades", dependendo do sexo.

A grande quantidade de referências ao amor, já citada acima, obtida nas três pesquisas já realizadas, pode estar indicando um processo de idealização por parte dos jovens, em lugar da adequação em bases mais realistas, com concomitante desprezo para com outros fatores, igualmente importantes na formação e na manutenção de um casamento. Será que este mesmo idealismo juvenil se aplica às complexas negociações que envolvem hoje a divisão de tarefas no lar? É possível que, de modo similar, os jovens tenham uma visão particular e ainda idealizada dessa questão, ou por outro lado, que sequer tenham se debruçado sobre o assunto com atenção suficiente.

Enfim, parece-nos bastante necessária a investigação contínua das expectativas e percepções de jovens acerca da instituição do casamento, na medida em que isto poderá fornecer subsídios valiosos para uma superação menos atribulada deste momento de transição pelo qual passam a família e o casamento contemporâneos. Afinal, é o descompasso entre o ajuste de valores e atitudes a novas realidades sociais que tende a provocar a maior parte dos conflitos

percebidos. Neste sentido, cada geração se depara com um cenário modificado, no qual velhas e novas concepções de vida e de regras de conduta interagem, proporcionando desafios e requerendo mudanças de postura adaptativas, seja por rejeição, aceitação, rebeldia seletiva, acomodação ou simplesmente com sentimentos de ambivalência. Acreditamos ser importante avaliar em que medida as atitudes de jovens solteiros estão sendo influenciadas pelos novos costumes e visões de mundo, e com isso fornecer pistas que ajudem a buscar formas para se lidar mais eficazmente com os problemas ligados ao casamento e à família contemporâneos.

Embasamento Teórico

Dada a impossibilidade de se falar em teorias gerais, o que temos é um mosaico composto por contribuições diversificadas que, em algum momento, esperamos permitir que se obtenha uma formulação mais abstrata e abrangente. Por enquanto, o progresso na área se dá pelo acúmulo de dados, insights e reflexões obtidos pelos cientistas sociais a partir das pesquisas realizadas em suas áreas de competência

Neste sentido, quanto ao embasamento teórico, adotamos uma perspectiva interdisciplinar, englobando contribuições da sociologia, antropologia, demografia, história social, e, é claro, psicologia social. O termo "ciências sociais" adequa-se com perfeição ao amálgama de estudos encetados com vistas ao entendimento conceitual do casamento, da família e de temas correlatos (Burr e cols, 1979). O fato é que somos todos, em cada sociedade, parcialmente o produto do tempo e da cultura em que vivemos. Como salienta Sherif-Trask (2007), somos influenciados por nossas famílias, religião, mídia, contatos sociais e também por outros fatores, como a tecnologia e o fenômeno da globalização. E nossa própria avaliação das coisas pode se modificar em função de nossas experiências pessoais e de alterações no cenário social. Tudo isso pede um olhar comprometido ao máximo com a multidisciplinaridade.

Dentro da psicologia social, as contribuições teóricas relativas às teorias atribucionais e aos processos de cognição e de percepção social (Deux e Major, 1987; Jones e Nisbett, 1972; Weiner, 1995; Levine, 2003; Rodrigues, Assmar e Jablonski, 2009), servirão - paralela e significativamente - de moldura para o enquadramento das respostas prestadas pelos respondentes no que diz respeito às percepções dos principais fatores envolvidos no processo de construção (ou ruptura) das uniões afetivas. Mais especificamente, daremos maior atenção, como citado na introdução do presente projeto, às teorias de atribuição que, desde os anos 60, têm captado a

atenção de um grande número de psicólogos sociais. Interesse que vem se traduzindo numa grande quantidade de trabalhos de pesquisa e no crescimento e na diversificação dos tópicos abrangidos por essa teoria (Jablonski, 1998; Rodrigues, Assmar e Jablonski, 2009). Assim, a importância de variáveis disposicionais ou externas na origem de comportamentos, o princípio do desconto e a hipótese das perspectivas divergentes, entre outras, nos ajudarão a entender alguns dos resultados, com destaque para a hipótese sobre perspectivas divergentes, de Jones e Nisbett. Para estes autores, observadores e atores de uma ação tendem a atribuir à mesma causas distintas. Os observadores, por exemplo, costumam atribuir fracassos de outrem a características pessoais desse outrem, e atribuir seus próprios insucessos – já como atores, e não mais observadores – a contingências externas.

As razões para tal distorção perceptiva podem estar sediadas em inúmeras causas: desde o simples fato de que os atores dispõem de informações e dados que não estão acessíveis de todo ou em grau satisfatório aos observadores, até diferenças de natureza motivacional. Mesmo não havendo um consenso sobre o papel dessas e de outras variáveis na explicação do processo em questão, inúmeros estudos vêm comprovando a existência de perspectivas divergentes entre atores e observadores quando se trata de atribuições causais (Rodrigues, Assmar e Jablonski, 2009). No presente caso, nosso estudo virá engrossar esta lista, na medida em que nos propomos a avaliar diferenças de perspectivas entre jovens solteiros - no que diz respeito aos seus futuros enlances, comparando-os aos de seus pais e de outrem. Os estudos feministas também serão levados em conta, no que diz respeito, principalmente, às questões relativas aos papéis de gênero, relações de poder e manutenção de estereótipos e de suas conseqüências, mormente na questão da chamada "tradicionalização" (Brasileiro, Jablonski e Féres-Carneiro, 2002; Nelson, 2006; Osmond e Thorne, 1993).

Uma análise das principais obras publicadas - seja em periódicos, seja em livros - acerca do tema em questão serve de atestado (e de modelo) para o tipo de trabalho que pretendemos seguir, lançando mão das diversas e mais relevantes contribuições dos pesquisadores que vêm se dedicando, ainda que de modo fragmentado, ao estudo deste tema. Se ainda é cedo para uma teoria unificada que ouse compreender os tópicos em questão, por outro, não podemos deixar de conduzir estudos que contribuam com dados e revelações para que, futuramente, um arcabouço teórico mais firme e consistente possa ser deslançado de modo mais satisfatório.

Em suma, o presente trabalho reflete uma tendência nas ciências sociais, qual seja a de considerar explicitamente a influência de um contexto social mais amplo nas atitudes e comportamentos dos indivíduos, fazendo uso para tanto de modelos múltiplos (Teachman e Crowder, 2002) e de miniteorias, extraídas de campos similares do saber.

Metodologia

Sujeitos

Uma pesquisa de levantamento será realizada com jovens solteiros pertencentes às camadas médias da população universitária carioca, com uma amostra, intencional não-probabilística (de conveniência), constituída por aproximadamente 300 sujeitos, de ambos os sexos, com faixa etária entre 18 e 25 anos. Nossa amostra pode ser caracterizada como *oportunista* ou *de conveniência*, não pretendendo ser representativa da população carioca. Segundo Chein (1987), tal tipo de amostra, também denominada *intencional não-probabilística*, presta-se “não para estimar algum valor da população, mas para conseguir idéias acerca da variedade de elementos disponíveis nesta população”. Para Brehm e Kassin (1990), neste tipo de pesquisa, há ainda o pressuposto de que o que está sendo investigado é um processo psicológico suficientemente “universal” e uniforme, a ponto de fazer com que diferenças individuais dentro da amostra não se mostrem significativas. Lembramos ainda que a maioria das pesquisas em psicologia social se vale deste tipo de amostra que, guardadas as devidas proporções, se presta perfeitamente a estudos como o nosso. Se de um lado, a fraqueza maior reside na impossibilidade de generalização de dados obtidos, de outro, o somatório de pesquisas similares fornecendo resultados semelhantes pode servir igualmente como pesquisa comprobatória, sendo que no caso específico, será a quarta realizada nos mesmos moldes, o que permitirá adicionalmente acompanhar de modo mais objetivo e minucioso o desenvolvimento de possíveis alterações no modo de encarar o casamento por parte de jovens solteiros.

Instrumentos e Procedimento

Nesta pesquisa de levantamento (survey), estaremos utilizando questionário especialmente construído para este fim, montado a partir de instrumentos semelhantes utilizados anteriormente, com aproximadamente 30 perguntas fechadas e abertas, posteriormente codificadas e categorizadas. Quanto ao procedimento, é solicitado, como das vezes anteriores,

que alunos, em sala de aula, respondam aos questionários – após prévia consulta ao professor – preenchendo-os ali mesmo. A coleta está sendo realizada em faculdades públicas e particulares, da Zona Sul e da Zona Norte, em horários diurnos e noturnos, em cursos variados. Temos o cuidado de preservar o sigilo da identidade de cada sujeito, por um questão ética, além de deixá-lo à vontade no momento de entrega do questionário, já que junto a este entregamos um envelope individual para que o mesmo seja depositado com segurança e privacidade. Evitamos também que haja qualquer tipo de influência de terceiros no momento do preenchimento, para que outras variáveis NÃO interfiram de algum modo no resultado final. Não é estipulado um tempo certo para o preenchimento, deixando os sujeitos refletirem o quanto quiserem sobre as questões propostas.

Etapas do Projeto

No presente período nos encontramos na fase de organização de dados para interpretações e em uma primeira análise dos dados já obtidos, além da quantificação das perguntas fechadas e da codificação e da categorização das perguntas abertas; e ainda, de aplicações de novos questionários para obtermos um maior número de sujeitos. As etapas anteriores constaram de: uma revisão bibliográfica; a aplicação dos questionários (pré-testes); re-elaboração/aperfeiçoamento dos questionários e aplicação dos questionários definitivos. Após a conclusão de todas as etapas previstas, terminaremos o projeto com o tratamento estatístico dos dados; discussão/análise final dos resultados, e, por fim, elaboração de artigos/relatório final.

Resultados Anteriores

A maioria dos respondentes, em todas as três sondagens anteriores, demonstrou a intenção de se casar (91% em 1986, 86% em 1993 e 86,1% em 2003) dentro de no máximo dez anos. Estes dados opõem-se à crença de que os jovens hoje em dia estariam ansiosos por novas opções de relacionamento que não o casamento “tradicional”. Não obstante as notícias que dão o casamento como estando em estado terminal, a magnitude dos números por nós encontrados parece descartar a possibilidade de uma imediata rejeição do casamento e a conseqüente busca de formas alternativas. É possível, no entanto, que em nosso próximo estudo, face à disseminação e a uma maior aceitação social da coabitação, esta nova forma de união passe a ser mais considerada como opção entre os jovens.

Quanto às expectativas futuras com relação ao próprio casamento, podemos constatar um crescimento dos que acreditam que passarão "o resto da vida com uma pessoa". Esta diferença traduz um otimismo que curiosamente, não encontra correspondência na realidade, já que o número de separações e divórcios vem aumentando e não diminuindo. É possível supor que os resultados possam estar indicando tão-somente o desejo das pessoas de que suas relações dêem certo, independentemente da realidade, conforme preconiza a noção de "otimismo ingênuo", desenvolvida por Rodrigues, 1984, segundo a qual superestimamos nossa capacidade de solucionar dificuldades, mesmo que se refiram a fatos/atividades obviamente inalcançáveis ou irrealizáveis. Outro conceito, similar, denominado "ilusão de invulnerabilidade", citado anteriormente, prediz que de modo geral as pessoas crêem que coisas ruins da vida tendem a acontecer a "outras pessoas", e não a si próprias (Levine, 2003). Em nosso caso, possivelmente, os jovens solteiros respondentes estão se valendo de um destes "mecanismos de defesa" para poder "solenemente" ignorar a realidade adversa que os cerca. Como dissemos igualmente acima, a presente sondagem poderá confirmar ou não esta tendência.

Outro ponto em que nos colocamos à margem de uma imagem divulgada pela mídia diz respeito à questão da virgindade. Obtivemos 23%, 31% e 18,8% de sujeitos se dizendo virgens nas três amostras. Levando em conta tão-somente o contingente feminino, os dados sobem, respectivamente, para 36%, 41% e 26,3% (lembre-se que a idade média da amostra era de 20,60 em 1986, de 21,02 em 1993 e de 20,18 em 2003). Estes números contradizem a imagem idealizada e difundida pelos meios de comunicação de massa, de que nossa juventude adotaria um padrão bem liberal quanto à sua sexualidade. Outros pesquisadores chegaram a resultados semelhantes (Macedo, M.L.M., pesquisa no Rio de Janeiro em 1985: 39% de virgens, idade média em torno dos 20 anos; BEMFAM – Pesquisa sobre Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Jovem/Rio de Janeiro, Curitiba e Recife – 1989/90: 47% de virgens, idade entre 15 e 24 anos; a *Revista Veja*, em sua edição de 24 de junho de 1992, também reportou índices ainda superiores para o sexo feminino, em torno dos 45% - amostra composta por 531 jovens de idade variando entre 17 e 22 anos. E R. Telerman, em pesquisa com 120 universitárias paulistanas de primeiro período, com idades entre 18 e 21 anos, encontrou 72% de virgens – trabalho apresentado na XVIII Reunião Anual de Psicologia em Ribeirão Preto/SP, 1988). Na amostra de 1993, que apresentou o maior número de virgens, conseguimos detectar algumas diferenças entre os subgrupos pesquisados, o número de virgens na Zona Norte sendo 3,5 vezes superior ao da Zona

Sul (em Niterói, 2,0 vezes superior). Aparentemente, padrões de conduta frente à sexualidade são influenciados pelo local da moradia e de estudo. Na amostra mais recente detectamos dados algo contraditórios, uma vez que, por um lado, as universidades UERJ e UFRJ, com contingente maior de alunos da Zona Norte e subúrbios, foram as que mais apresentaram alunas(os) virgens (respectivamente, 27,7 e 20%). De outro lado, a PUC, que congrega majoritariamente alunos de Zona Sul, ficou em terceiro lugar com 19,5%. E a Univercidade, que nos campus pesquisados também têm muito mais alunos de Zona Norte/subúrbios, teve poucas virgens (3,8%).

Nas duas amostras mais recentes detectamos a variável idade como sendo bem atuante: comparando-se a idade média das virgens com a das não-virgens encontramos diferença significativas tanto em 1993 ($t = 2,937$, $p < 0,01$) quanto em 2003 ($\chi^2 = 22,35$, $p < 0,000$), sendo a idade de virgens, em média, de 1 a 2 anos inferior à das não-virgens (19,46 e de 21,72 anos, respectivamente, em 1993, e de 19,31 e de 20,13 anos, em 2003). Ou seja, como seria de se esperar, a idade afeta a decisão de iniciar a vida sexual, pré-maritalmente. Mesmo observando-se um declínio significativo na quantidade de virgens, principalmente com relação à pesquisa de 1993, os números encontrados ainda retratam uma situação bem diferente daquela cantada em prosa e verso pela mídia e pelas artes nacionais. Um grande contingente, principalmente de moças (26% da amostra de 2003), ainda confere à perda da virgindade uma importância capital, que por alguma razão nossos meios de comunicação de massa não têm captado. A não ser que os dados levantados por nós - e por outros pesquisadores - estejam absolutamente equivocados... É possível, no entanto, que estes números tenham se modificando significativamente, a reboque do clima crescente de permissividade sexual, algo que procuraremos averiguar na presente pesquisa.

Nas respostas à indagação sobre o que faz durar um casamento, os cinco itens mais valorizados foram 'amor', 'respeito mútuo', 'companheirismo', 'confiança' e 'sexo', tanto em 1986 como em 1993. Já na pesquisa mais recente tivemos uma pequena inversão, na medida em que 'respeito mútuo' passou para o primeiro lugar, ao suplantando por muito pouco o 'amor'; já o item 'confiança' também subiu um posto, trocando de lugar com o 'companheirismo' (com o item 'sexo' em quinto lugar). Comparando as respostas de homens e mulheres, na amostra de 1993, encontramos dentre as diferenças mais significativas a maior importância conferida ao item 'sexo' entre os homens (terceiro lugar contra quinto das mulheres; em termos cardinais, uma diferença igualmente significativa: $t = 2,28$, $p > 0,05$). Não dispomos dos dados referentes a esta comparação na pesquisa de 1986. Na sondagem mais recente (2003) o mesmo ocorreu - 'sexo' em

quinto lugar para os homens e em sexto para as mulheres. Homens parecem antecipar uma união mais sexualizada que as mulheres, possivelmente em função de expectativas embasadas culturalmente, algo que pretendemos avaliar também na presente pesquisa.

Em 1986 e em 1993, nossos jovens entrevistados, tanto na questão acima como em diversas outras, apontaram 'o amor' como uma espécie de salvo-conduto e bálsamo universal. Mas na última sondagem, 'respeito mútuo' alcançou o primeiro posto, graças aos votos femininos que constituem a maioria da amostra, embora, a bem da verdade, a diferença tenha sido mínima - 'respeito mútuo' com 9,45 e 'amor' com 9,44. Curiosamente, foram as mulheres que valorizaram mais o respeito (em primeiro lugar para elas, contra um terceiro lugar para eles). Se foi uma mera flutuação amostral ou se se trata de fato de uma distinta valorização por parte de homens e mulheres de hoje em dia, só saberemos precisar nas próximas sondagens. São dados que contradizem o imaginário popular, pelo qual as mulheres seriam mais "românticas". Talvez, dados os novos tempos, eivados de separações e com as famílias capitaneadas por mulheres sem parceiros e com filhos chegando a quase 20% do total de famílias, elas tenham aprendido a se tornar, por força das circunstâncias, mais "pragmáticas".

Quando instados a se pronunciar sobre as possíveis vantagens do casamento, os sujeitos destacaram respostas relativas a vivências de 'intimidade e compartilhamento' (vida em comum, estar juntos o tempo todo, incluindo os momentos difíceis, companheirismo etc.), 'potencialidade de se ter filhos em condições ideais', 'possibilidade de se construir uma família, um lar', 'satisfação psicológica a nível individual', 'melhoria da sexualidade' (sexo mais livre, "natural", legitimado socialmente) e 'possibilidade de se ter uma relação estável' (mais segura, com mais amor). A única diferença entre as amostras foi neste último item, bem mais valorizado nas duas últimas pesquisas. Pode ser um reflexo da percepção do crescimento nos últimos anos da incidência de relações afetivas cada vez mais tênues (o "ficar com", "ficar de rolo", e outras modalidades de relações transitórias substituindo o menos instável "namoro") e pouco compromissadas, além dos perigos relacionados a uma vida sexual mais livre, provocados pela ameaça da Aids. Mais uma vez, algo a ser examinado adiante, em nova pesquisa, embora a maior preocupação com esta questão possa estar refletindo um anseio por relações mais duradouras e estáveis. Curiosamente, o item 'melhora a sexualidade' foi menos valorizado nesta última sondagem. Será que a sexualidade, por ser usufruída de forma mais satisfatória e livre nos últimos tempos, foi percebida pela amostra como desvinculada da necessidade de um casamento?

Isto é, sendo cada vez mais aceita a atividade sexual pré-marital, o casamento deixaria de ser visto como uma possibilidade de melhora nesta área.

Quanto às diferenças entre gêneros, embora homens e mulheres tenham colocado 'respostas de intimidade e de compartilhamento' como a principal vantagem do casamento, as mulheres no último estudo valorizaram bem mais este item (50% a mais!). Mesmo mais pragmáticas, as mulheres possivelmente ainda vêm o casamento como uma relação a dois, no sentido mais afetivo. Na mesma linha de raciocínio, homens suplantaram as mulheres na valorização do item 'constituir família'. Como já apontou Féres-Carneiro (2001, 2003) as mulheres têm se mostrado mais exigentes nos relacionamentos amorosos, no que tange à sua expressividade ou às suas expectativas na relação como um todo. Segundo a autora, em suas pesquisas sobre o casamento, homens valorizam a dimensão da constituição da família e mulheres, a dimensão amorosa.

Em consonância com os achados de Féres-Carneiro (2003) o item 'afasta a solidão' foi mais mencionado por homens do que por mulheres. Para esta autora, a dificuldade relacionada ao fato de se ficar só é muito mais ventilada nas falas masculinas do que femininas, reflexo da possível maior dificuldade dos homens de lidarem com a solidão após uma separação. Também buscaremos confirmar – ou não – estas e outras diferenças entre homens e mulheres.

A pergunta que é o reverso da anterior diz respeito às possíveis **desvantagens do casamento**. Como a amostra é de solteiros, os sujeitos devem ter respondido em função da percepção do casamento dos próprios pais, e, também, de tios, parentes e da imagem veiculada pela arte (cinema, teatro, literatura) e pela mídia (jornais, revistas, rádio e televisão). Nos três estudos os itens 'perda da liberdade e da privacidade', 'rotina e suas conseqüências' (acomodação, monotonia, perda de motivação, perda do romantismo, perda da atração sexual, indiferença, etc.), 'aumento de compromissos e de responsabilidades' e 'perda da individualidade' (ter de abrir mão de hábitos e manias, ter de ser menos egoísta etc.) foram os mais citados. Interessante observar que passados 17 anos, as críticas ao casamento pouco se alteraram... será que isto permanece?

As questões ligadas à sexualidade, além das relativas à virgindade vistas anteriormente, revelaram outras respostas interessantes. A primeira delas – Você admite a possibilidade de relações extraconjugais para o homem? Para a mulher? – revelou uma tendência da permanência de uma “dupla moral”, com os homens gozando de maior liberdade (35% de respostas SIM para

os homens contra 24% para as mulheres, em 1986, e 18 contra 13%, em 1993, e 16 contra 9% em 2003, esta última, uma diferença bem significativa: $p < 0,000$). Separando as respostas por sexo, observamos as mulheres como mais igualitárias: apenas 8,5%, 8% e 8,9% de respostas afirmativas. Na verdade, as mulheres mostraram-se de modo geral atitudinalmente contrárias à possibilidade de relações extramaritais, seja para si mesmas, seja para os homens. Estes é que deram respostas diferenciadas: bem liberais quando referidos a si mesmos, e bem mais restritivas quando referidos ao sexo oposto. Assim, por exemplo, no estudo de 2003, 23,7% da amostra masculina admitiu a possibilidade de relações extramaritais para os homens contra apenas 8,3% para as mulheres. Nas pesquisas anteriores, esta diferença mostrou-se igualmente significativa. Resta saber se esta tendência permanece ou se está modificando, e neste caso, em que direção.

Ainda no âmbito da sexualidade, no que diz respeito à infidelidade, observamos uma certa distância entre o discurso e a prática. Apesar de uma forte condenação atitudinal, 33% da amostra de 1993 mostrou-se ao menos uma vez infiel: 50% dos homens e 22% das mulheres, número um pouco superior ao encontrado em 1986: 26%. Em 2003 o índice de infidelidade beirou os 20,6%, com os homens se mostrando três vezes mais infiéis do que as mulheres (32,8 contra 10,4% por parte das mulheres, $p < 0,000$).

O maior valor entre os homens deve-se provavelmente tanto ao tipo de educação que meninos e meninas ainda recebem como às pressões sociais, que ditam diferentes padrões de comportamento em função do sexo. Já a incongruência entre o dito e o feito nos leva a confirmar a necessidade de, ao pesquisar temas polêmicos como este, levar em conta que muitas vezes nem as próprias pessoas têm consciência de que suas atitudes não andam *pari passu* com seus comportamentos, haja vista o significativo índice de infidelidade reportado. Curiosamente, pesquisa divulgada em fins de abril de 2004 pelo *Jornal do Brasil* acerca do comportamento sexual do brasileiro (O Estudo da Vida Sexual do Brasileiro, USP) com mais de 7.000 entrevistados aponta que quase 35% das mulheres cariocas reportaram terem sido infiéis ao menos uma vez - contra 57% dos homens. A diferença - para menos - entre nossos dados pode estar referida ao fato de nossa amostra constituir-se unicamente de solteiras, que em caso de dúvidas acerca de seus relacionamentos se sentiriam menos impedidas de efetuar um rompimento do que mulheres casadas, com filhos e lares constituídos, que tendem evidentemente a pesar mais os prós e os contras de uma eventual separação afetiva. Mais uma vez, cremos ser útil prosseguir nestas indagações sobre a evolução - ou não - destas tendências.

Um olhar sobre o casamento dos pais é proporcionado por algumas questões. Em uma delas solicitamos que os respondentes relatassem os “principais erros que seus pais cometeram no casamento deles, e que você tentará não repetir”. 'Mãe excessivamente submissa' ('não trabalha', 'não sai sozinha', 'é muito dependente', 'não tem vida própria' etc), 'deixaram a rotina dominar', 'falta de diálogo' e 'Falta de respeito mútuo' foram as respostas mais indicadas, tanto em 1986 como em 1993. O espaço de 7 anos parece não ter alterado as principais críticas que os jovens fazem às uniões de seus pais, com destaque para o papel desempenhado pela figura materna, considerado pelos jovens como ultrapassado e digno de lamentação, não só pelos danos autoprovocados como também à própria relação do casal. Mas na sondagem de 2003 o item 'dificuldades no relacionamento' foi bastante citado (segundo erro mais reportado). 'Adultério cometido por pais (ou mães)' também teve expressiva indicação (quarto lugar), bem como 'excesso de conflitos/brigas'. Ou seja, houve um declínio das queixas com relação à 'submissão da mãe', à questão da 'rotina' e à 'falta de respeito mútuo' e um aumento das críticas quanto às 'dificuldades no relacionamento na união dos pais', 'excesso de conflitos' e 'adultério de um dos cônjuges'. A bem da verdade o item 'mãe muito submissa' foi ainda bastante citado, mas apenas pelas mulheres (mais de 4,5 vezes e meia que os homens). Da mesma forma o item 'dificuldades no relacionamento' foi bem mais apontado pelas moças.

Podemos supor que nos últimos dez anos, as mães tenham de fato se mostrado menos submissas, o que talvez explique igualmente - por consequência - o aumento de brigas e conflitos, resultados que cremos, de antemão, também encontraremos na próxima sondagem.

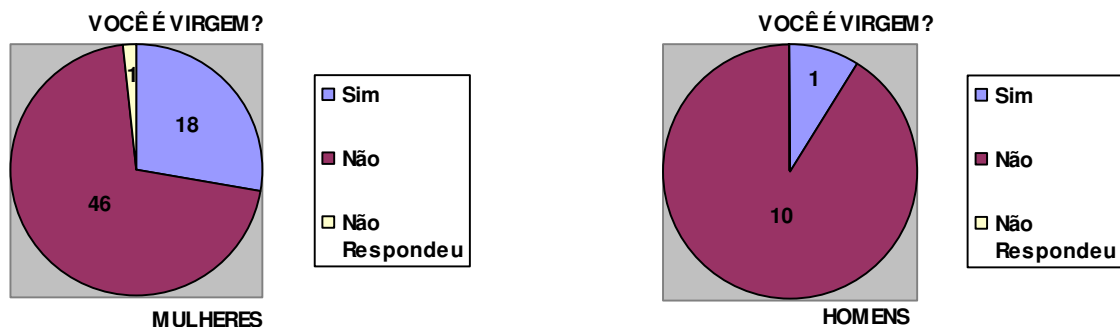
No que diz respeito à religiosidade, nossas amostras têm se revelado bem menos religiosas que o resto da população carioca. Isso tem feito com que todas as religiões apareçam em menor número. Assim, por exemplo, protestantes e evangélicos que somam 24% da população carioca em 2003 alcançaram apenas 7% de nossa amostra. O mesmo ocorreu com os umbandistas (4% contra 1,2%). Apenas judeus e espíritas mostraram-se em maior número entre os universitários por nós pesquisados do que na população carioca em geral. O fato de trabalharmos com sujeitos de classe média, enquanto o censo atinge, obviamente, toda a população, pode explicar as diferenças encontradas. A frequência a templos, igrejas, sinagogas – considerada melhor indicadora do verdadeiro grau de adesão espiritual a um dado credo do que a declaração de filiação *per se* – ‘todos os dias’ ou ‘pelo menos uma vez por semana’ não chegou a 20% nas duas primeiras pesquisas (18 e 19,9%), e alcançou 21% na última sondagem, o que

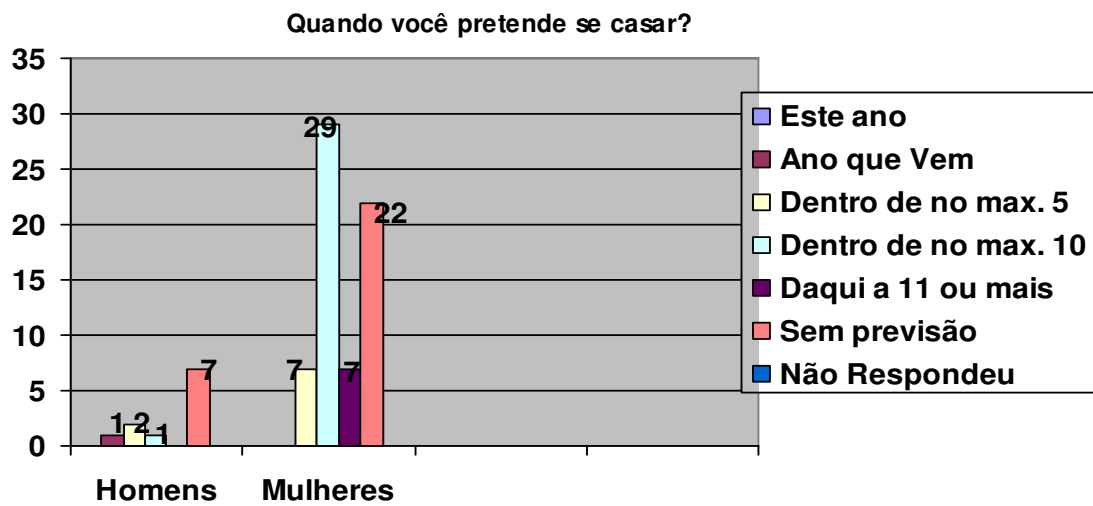
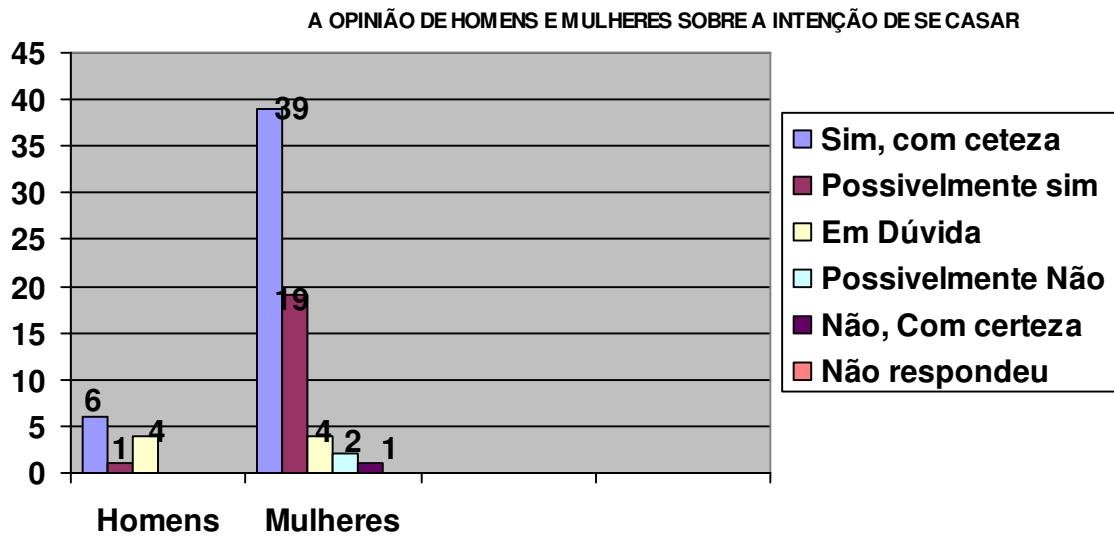
confirmaria a menor inclinação religiosa da amostra, algo que, igualmente, pretendemos observar na presente pesquisa.

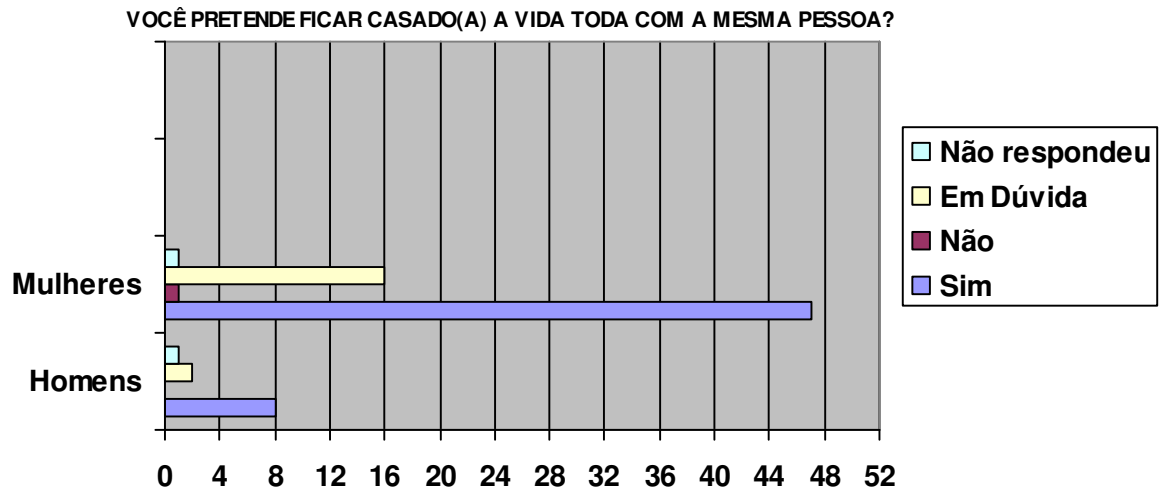
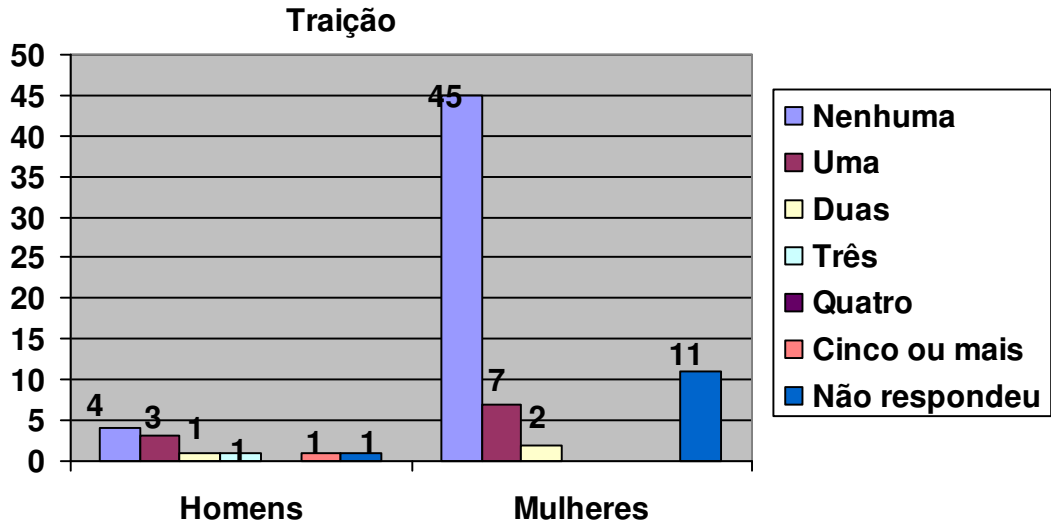
Para encerrar esta seção – afinal, nos propomos aqui apenas a um resumo -, citaremos um outro efeito, percebido através de cruzamentos entre perguntas (realizado apenas com as amostras de 1993 e de 2003), pelas quais pensamos ter corroborado a noção de que “separação, em parte, se aprende em casa” (Amato, 2000; D’Onofrio e cols., 2007).. Isto é, os sujeitos da amostra com pais separados, quando contrastados com aqueles com pais casados, mostraram-se mais inclinados em acreditar que suas futuras uniões são mais propensas ao divórcio (38 versus 29%, $z = 1,35$ n.s. - item existente apenas na sondagem de 1993) e se imaginam em menor número casados por toda a vida com a mesma pessoa (58 versus 71%, $z = 1,94$ n.s., em 1993, e de 71% versus 77,5% em 2003, $p < 0,005$). De forma similar, aqueles que disseram que os pais são felizes em suas uniões pensam bem menos em futuros divórcios que aqueles que disseram que seus pais não eram felizes (27 versus 48%, $z = 3,08$ $p > 0,01$ em 1993. Os dados de 2003 apontam na mesma direção, embora a diferença aqui não tenha sido significativa: 11,8 contra 17,6%, n.s. A visão que os solteiros têm do casamento passa, evidentemente, pelo impacto que a união de seus pais lhes impõe: mesmo quando as diferenças não são significativas, elas foram na direção apontada. À guisa de curiosidade, 27% da amostra de 1993 revelaram ter pais separados ou divorciados, contra 24,8% da de 2003. Em 1986, esta indagação não foi feita, mas será, evidentemente, no presente estudo.

Resultados Atuais Preliminares

Foram analisados até o momento – e de forma parcial - os questionários de 74 sujeitos, sendo 11 do sexo masculino e 63 do sexo feminino, todos estudantes do curso de psicologia, de faculdades particulares do Rio de Janeiro. Abaixo seguem alguns gráficos de resultados preliminares







Conclusões Preliminares

Ainda que de forma preliminar, a repetição de resultados obtidos ao longo das pesquisas permite-nos avançar nas suposições levantadas, desde a primeira sondagem. Assim, apesar da “crise” do casamento, os jovens parecem dispostos a se casar. Embora conscientes das dificuldades envolvidas, traduzidas pelo crescente número de divórcios, não parecem preocupados de antemão com a busca de soluções, parecendo acreditar que “com eles será diferente”. Faz-se ainda digna de nota, na pesquisa ora em andamento, o substancial número de virgens – em consonância com estudos anteriores – e a diferença entre Homens e Mulheres no que diz respeito à traição.

Enfim, face às imensas repercussões provocadas pelo aumento do número de divórcios e separações, parece-nos necessária a investigação contínua das expectativas e percepções dos jovens acerca da instituição do casamento, procurando coletar subsídios para a busca de soluções que amenizem as conseqüências advindas da situação de crise por que passa o casamento contemporâneo. Acreditamos que através do aprofundamento dos estudos na área, poderemos apontar outras possibilidades e caminhos enriquecedores, neste sentido.

Lembramos ainda que por ser o quarto estudo de uma série que se iniciou em 1988, uma perspectiva longitudinal (no sentido de se efetuar uma série de pesquisas com amostras similares ao longo do tempo) tem a vantagem de tanto permitir confirmar achados iniciais quanto detectar possíveis alterações ocorridas em função do tempo decorrido entre as pesquisas e que possam estar refletindo os efeitos de mudanças no contexto cultural e social.

Referências Bibliográficas

- AMATO, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 4, 1269-1287.**
- ARAÚJO, C. e SCALON, C.. (2005). *Gênero, trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV
- ARRUDA CAMPOS, A . L. (2003). *Casamento e família em São Paulo Colonial*. Paz e Terra: São Paulo.
- ARTIS, J. &. PAVALKO, E. K. (2003). Explaining the decline in women’s household

- labor: Individual change and cohort differences. *Journal of Marriage and the Family*, 65, 746-761.
- ASSOCIATES PRESS (1999). Survey: Only a quarter of U.S. households have traditional families, *University of Chicago Center Research*, November, 24.
- BEMFAM. (1992). *Pesquisa sobre Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Jovem*. (Rio de Janeiro, Curitiba e Recife, 1989/90). Departamento de Pesquisas Sociais (DEPES). Department of Health and Human Services, 1992.
- BIANCHI, S.M., MILKIE, M.A., SAYER, L.C. & ROBINSON, J.P. (2000). Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. *Social Forces*, 79, 191-228.
- BIASOLI- ALVES, Z. M. M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 16, 3, 232-239.
- BLAIR, S. L. (1988). Work roles, domestic roles, and marital quality: perceptions of fairness among dual-earner couples. *Social Justice Research*, 11, 313-336.
- BRASILEIRO, R.F., JABLONSKI, B. e FÉRES-CARNEIRO, T. (2002). Papéis de Gênero e a transição para a parentalidade. *Revista PSICO*, 33, 2, 289-310.
- BREHM, S. S. e KASSIN, S. M. (1990). *Social Psychology*. Boston: Houghton Mifflin Co.
- BURR, W.R., HILL, R., NYE, F.I. e REISS, I.L. (1979). *Cotemporary theories about the family*. N.Y.: Free Press
- CHEIN, I. (1987). Uma introdução à amostragem. Em L. H. Kidder (org.), *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*, São Paulo: EPU.
- CLARK, S. C., (1995). Advance report on final divorce statistics, 1989 and

1990. *Monthly Vital Statistics Report*, vol. 43, 9, Supplement National Center for Health Statistics.

COLEMAN, M; GANONG, L. & FINE, M. (2000). Reinvestigating Remarriage: Another Decade of Progress. In *Journal of Marriage and the Family*, 62, 3, 1288-1307.

COLTRANE, S. (2000). Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1208-1233.

COONTZ, S. (1992). *The Way We Never Were*. Basic Books.

COONTZ, S. (1997). *The Way We Really Are*. Basic Books.

COONTZ, S. (2005). *Marriage, a History*. N.Y.: Viking.

COOPER, S. (1999). "Historical Analysis of the Family". In: M. Sussman e cols. (Ed.) *Handbook of Marriage and the Family*, 2nd ed., Plenum Press.

COVERMAN, S. & SHELLEY, J. F. (1986) - "Change in Men's Housework and Child-Care Time, 1965-1975". *Journal of Marriage and the Family*, 48, 3, may, 413-422.

CRISSEY, S. R. (2005). Race/ethnic differences in the marital expectations of adolescents: The role of romantic relationships. *Journal of Marriage and the Family*, 67, 697-709.

CUNNINGHAM, M. & THORTON, A. (2005). The influence of union transitions on white adults' attitudes toward cohabitation. *Journal of Marriage and the Family*, 67, 710-720.

DALY, K. J. (2003). Deconstructing Family Time; From ideology to Lived Experience. *Journal of Marriage and the Family*, 63, may, 283-294.

DEAUX, K. e MAJOR, B. (2002). Putting gender into context: an interactive model of gender-related behavior. *Psychological Review*, 94, 369-389.

DÉLBOUX, Y. (2003). O flexível amor dos tempos modernos. *Jornal da USP*, out., p. 10-11.

DEMO, D. H. (1992) - "Parent-Child Relations: Assessing Recent Changes. *Journal of Marriage and the Family*, feb., 54, 1, 104-117.

DINIZ, G. (2009). O casamento contemporâneo em revista. Em T. Féres-carneiro (Org.) *Casal e Família: Permanências e Rupturas*. P. 135-155. São Paulo: Casa do Psicólogo

DOHERTY, W. J. (1992). Private lives, public values. *Psychology Today*, may/june, 32-37.

D'ONOFRIO, B.M., TURHEIMER, E., EMERY, R.E., HARDEN, K.P., SLUTSKE, W. S., HEATH, A. C., MADDEN, P. A. F. & MARTIN, N. G. (2007). A genetically informed study of the intergenerational transmission of marital instability. *Journal of Marriage and the Family*, 69, 3, 793-809.

ENGLISH-LUECK, J. A. (2001). Technology and social change: the effects on family. *Family Focus*, F2-F5, march, NCFR.

EPSTEIN, R. (2002). My words, *Psychology Today*, feb., 2, p. 5.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1995). Casais em terapia: um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 44, 2, 67-80.

FÉRES-CARNEIRO, T. (2001). Casamento Contemporâneo: Construção da Identidade Conjugal. Em T. Féres-Carneiro (Ed.) *Casal e Família - Entre a Tradição e a Transformação*. P. 67-80. Rio de Janeiro, ed. NAU.

FÉRES-CARNEIRO, T. (2003). Construção e dissolução do laço conjugal na terapia de casal. Em T. Féres-Carneiro (org.) *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: EDPUC/Loyola.

FOLHA DE SÃO PAULO/DATAFOLHA (1998). *Família*. Suplemento especial, edição de 20/09.

GIDDENS, A. (2001). *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed.

GOLDENBERG, M. (2000). De Amélias a operárias: um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais. Em *Os novos desejos*, org. por M. Goldenberg. P. 105-124. Ed. Record, R. J.

GREENSTEIN, T. N. (1996). Gender ideology and perceptions of the fairness of the division of household labor: Effects on marital quality. *Social Forces*, 74, 1029-1042.

HANK, K. (2007). Proximity and contacts between older parents and their children: An European comparison. *Journal of Marriage and Family*, 69, 1, 157-173.

HENRIQUES, C., JABLONSKI, B. & FÉRES-CARNEIRO, T. (2004). “A Geração canguru: Algumas questões sobre o prolongamento da convivência”. *Revista PSICO*, 35, 2, 195-205.

I.B.G.E. (1995). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, Rio de Janeiro.

I.B.G.E (2000). *Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro.

I.B.G.E. (2003). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, Rio de Janeiro.

I.B.G.E. (2005). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, Rio de Janeiro.

JABLONSKI, B. (1988). *A crise do casamento contemporâneo: Um estudo psicossocial*. Tese de doutorado. FGV-Rio.

JABLONSKI, B. (1995). "A Difícil Extinção do Boçalossauro", capítulo do livro *A Desconstrução do Masculino*, org. por Socrates Nolasco, p. 156-165; Rio de Janeiro, ed. Rocco.

JABLONSKI, B. (1996). Aferição de Atitudes de Jovens Solteiros(as) Frente à Crise do Casamento: uma Réplica, in *Cadernos de Psicologia*, Série Social e Institucional, IP/UERJ, nº 5, p. 5-21.

JABLONSKI, B. (1996b). "Papéis Conjugais: Conflito e Transição", in *Coletâneas da ANPEPP*, vol. 1, nº 1, p. 113-123.

JABLONSKI, B. (1998). "Até que a Vida nos Separe: a Crise do Casamento Contemporâneo", 2ª edição, revista e aumentada. Rio de Janeiro, ed. Agir.

JABLONSKI, B. (1999). "Identidade Masculina e o Exercício da Paternidade". Em T. Féres-Carneiro (Ed.) *Casal e Família - Entre a Tradição e a Transformação*. P. 31-54. Rio de Janeiro, ed. NAU.

JABLONSKI, B. (2001). "Atitudes frente à Crise do Casamento". In T. Féres-Carneiro (Ed) *Casamento e Família: do Social à Clínica*. P. 81-95. Rio de Janeiro, ed. NAU.

JABLONSKI, B. (2003). Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. Em T. Féres-Carneiro (org.), *Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas*, 141-168. Rio de Janeiro: EDPUC/Loyolla.

JABLONSKI, B. (2007). O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. Em Terezinha Féres-Carneiro, (org.) *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*, São Paulo: Casa do Psicólogo, 203-228.

JACOBS, J. W. (2004). Seven myths that can kill your marriage. *Psychology Today*, 37, 2, 34-38.

JACOBS, & GERSON, K. (1998). Who are the overworked Americans? *Review of Social Economy*, 4, 442-459.

JONES, E.E. & NISBET, R. E. (1972). The actor and the observer: divergent perceptions of the causes of behavior. Em E. E. Jones e cols., *Attribution: Perceiving the causes of behavior*. Morritown, N.J.: Generla Learning Process

JORNAL DO BRASIL (2004). "Mulheres do Rio Traem Mais". Primeiro Caderno, p. 4, edição de 26/04/2004.

KLUVER, E. S., HEESINK, J. A. M. e VAN De VLIERT, E. (1996). Marital conflict about the division of household labor and paid work. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 958-969.

LAVEE, Y. & KATZ, R. (2002). Division of labor, perceived fairness, and marital quality: The effect of gender ideology. *Journal of Marriage and the Family*, 64, 27-39.

LE MONDE. (2000). "Famille: les "nouveaux pères" ont disparu". Edição de 27/05/2000.

LEVINE, R. (2003). *The power of persuasion*. N.J.: Wiley.

MACEDO DE ARAÚJO, M. L. (1985). A Sexualidade do Universitário: Pesquisa entre Estudantes do Rio de Janeiro. Tese de Mestrado. FGV-Rio.

MACHADO, L. Z. (2001). Famílias e Individualismo: Tendências contemporâneas no Brasil. *Monografias em Antropologia*, 291, D. F.: UnB.

MACK, A. (2001). The intersection of family life and technology. *Family Focus*, F4-F6, march, NCFR

MANNING, W. E.; LONGMORE, M. A. e GIORDANO, P. C. (2007). The Changing Institution of Marriage: Adolescents' Expectations to Cohabit and to Marry. *Journal of Marriage and the Family*, 69, 3, 559-575.

NELSON, M. K. (2006). Single mothers “do” family. *Journal of Marriage and Family*, 68, 4, 781-795.

OPPENHEIMER, V. (1994). Women's Rising Employment and the Future of the Family in Industrial Societies. *Population and Development Review*, 20, 293-342.

OSMOND, M. W. e THORNE, B. (1993). Feminist theories: the social construction of gender in families and society. Em P. G. Boss (ed.) *Sourcebook of family theories and methods*. N. Y.: Plenum Press.

PARK, M. (2003). Are married parents really better for children? *Family Focus on Marriage*, National Council on Family Relations, issue FF19, September, F3-F6.

PHILLIPS, R. (1991). *Untying the Knot: A Short History of Divorce*. Cambridge Univ.Press.

PLECK, J. H. (1997). *Paternal involvement: Levels, sources and consequences*. In: M. E. LAMB (ed.). *The role of the father in the child development*. New York: Wiley, p. 66-103.

PREUSS, M. R. G.(1999). Modelos de Família – Quando Dois é Bom e Um é Confuso. Trabalho apresentado no *XXVII Congresso Interamericano de Psicologia*. Caracas, Venezuela, junho.

REVISTA VEJA (1992).. “Seção Comportamento – Sexo”. Edição de 24/06/92.

ROCHA-COUTINHO, M. L. (2003). Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. Em T. Féres-Carneiro (org.) *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: ed. PUC-Rio/Loyola.

ROCHA-COUTINHO, M. L. (2004). Variações sobre um antigo tema: a maternidade e apaternidade para mulheres com uma carreira profissional bem sucedida. *Trabalho apresentado na X Reunião da ANPEPP*, Praia Formosa, E. Santo.

ROCHA-COUTINHO, M.L. (2005). O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação? *Psicologia Clínica*, vol. 15, 2, p. 93-108.

ROCHA-COUTINHO, M. L. (2007). Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. Em Em Terezinha Féres-Carneiro, (org.) *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*, São Paulo: Casa do Psicólogo, 203-228).

RODRIGUES, A. (1984). Atribuição de causalidade: Estudos brasileiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 36, 2, 5-20.

RODRIGUES, A., ASSMAR, E. e JABLONSKI, B. (2009). *Psicologia Social*. 27ª Ed. Petrópolis: Vozes.

RUSSEL, G. & RADOJEVIC, M. (1992). The changing of role fathers? Current understandings and future directions for research and practice. *Infant Mental Health Journal*, 13, 296-311.

SHERIF-TRASK, B. (2003). Marriage from a Cross-Cultural Perspective. *Family Focus*, sep., F13-F14.

SINGLY, F. de (2000). O nascimento do indivíduo individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar. Em C. Peixoto e cols., *Família e individualização*. Rio: ed. FGV, p. 13-19.

SINGLY, F. (2004). *Sociologia da Família Contemporânea*, Rio: FGV.

SKOLNICK, A. (2006). The family and its future. *Family Focus*, dec., F3-F4.

TEACHMAN, J. e CROWDER, K. (2002). Multilevel models in family research: some conceptual and methodological issues. *Journal of Marriage and the Family*, 64, 2, 280-294.

TELERMAN, R. (1988). “Relação entre Jovens”. In: *Anais da XVIII Reunião Anual de Psicologia*. São Paulo, Soc. De Psic. De Rib. Preto/USP.

THISTLE, S. (2006). *From marriage to the market – The transformation of women’s lives and work*. Univ. of California Press.

THORNTON, A. (1989). Changing Attitudes Toward Family Issues in the United States. *Journal of Marriage and the Family* 51, 3, 873-893.

THORNTON, A. e YOUNG-DEMARCO, L. (2001). “Four Decades of Trends Toward Family Issues in the United States: The 1960s through the 1990s. *Journal of Marriage and the Family*, 63, 4, 1009-1037.

U. S. BUREAU OF THE CENSUS (1998). Marital status and living arrangements (update). *Current Population Reports*, March, Series P20-514.

VAITSMAN, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.

WAGNER, A. (2003). *Família em Cena: Tramas, dramas e transformações*, Vozes: Petrópolis.

WEINER, B. (1995). *Judgments of responsibility*. N.Y.: Guilford.

WOOD, L. (1998). Divorce Statistics. Publicação on-line.
[Http://ddl.digital.net/~laurieg/culture/divorce.htm](http://ddl.digital.net/~laurieg/culture/divorce.htm).